

CRP do Rio de Janeiro: a reconstrução

Em 17 de março de 2003 foi instalada, no âmbito do CRP do Rio de Janeiro, uma Comissão Gestora com o desafio de reestruturar as atividades financeiras, administrativas e éticas do Conselho, que, na época, encontravam-se caóticas.

Agora, segundo semestre de 2004, o CFP dirige-se aos psicólogos do estado do Rio de Janeiro para afirmar que o CRP05 está, em definitivo, resgatado para a legalidade: "a Comissão Gestora tem se esmerado na reorganização deste Regional", afirma o Secretário de Ética do CFP, Aluizio Lopes de Brito, que conclui: "devemos salientar, no entanto, que o Conselho Federal mantém o seu compromisso de devolver aos colegas do estado uma Plenária eleita, após o saneamento das irregularidades

"É preciso que a concepção que um dia transformou este Regional em um reduto de administração personalista nunca mais encontre lugar"

detectadas e o cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União, que implicaram, por exemplo, na definição de um organograma funcional, de contratações feitas mediante seleções públicas e realização de licitações, que não era o que ocorria no CRP 05. Estamos certos de que as medidas indicadas pelo TCU e acatadas pela Comissão Gestora vêm a favor da Psicologia no estado e em defesa da ética".

Conselheira do CFP e hoje atuando junto à Comissão Gestora, a psicóloga Margarete Ferreira assim vê a conclusão dos trabalhos da Comissão Gestora junto ao CRP do Rio de Janeiro, até o final deste exercício: "satisfatoriamente. O Conselho do Rio voltou a cumprir com suas funções precípuas, que dizem respeito ao zelo pela ética na profissão, a orientação e fiscalização do seu exercício, com vistas também à qualidade dos serviços prestados. Além disso, todas as dívidas

pendentes do Regional foram sanadas, a legalidade transparece, hoje, em todos os processos, em todas as contratações, em todos os registros do CRP da 5a. Região".

Tendo assumido o compromisso de fazer o CRP05 voltar a ser uma entidade de organização transparente, ética e idônea, como tem de ser toda entidade que lida com o patrimônio público, a Comissão Gestora do CRP da 5a. Região entra na reta final do seu trabalho, lembrando que, com as eleições para o CRP, no próximo dia 27 de agosto, a situação no Conselho voltará enfim a sua normalidade, com um plenário eleito, podendo os psicólogos do Rio de Janeiro se orgulharem de sua organização política.

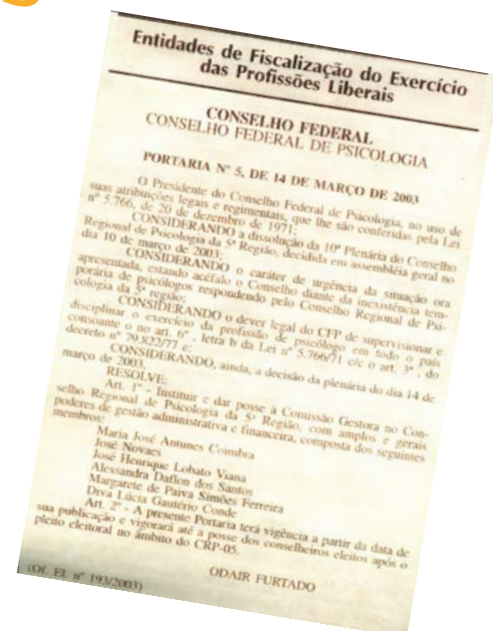
Histórico

Em outubro de 2002, uma medida judicial afastou o então presidente do CRP/RJ do cargo, assumindo a presidência, interinamente, a psicóloga Márcia Tassinari.

A designação de uma Comissão Gestora para o CRP05 fez-se necessária quando, em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 10 de março de 2003, os psicólogos do estado decidiram, por maioria dos presentes (apenas um voto contrário), destituir sua X Plenária, empossada em setembro de 2001.

A situação caótica em que se encontrava o CRP05 apresentou-se mais grave quando foram divulgados alguns dos resultados das Auditorias realizadas pelo CFP e pelo TCU, que davam conta de inúmeras irregularidades na gestão do CRP05: contratos com empresas sem prazos determinados, inexistência de licitações, cobrança de dívidas dos psicólogos por empresa terceirizada, cobrando taxas superfaturadas, dentre outras.

Com a destituição do X Plenário, o CRP do Rio de Janeiro passou a ser conduzido por uma Comissão Gestora, indicada pelo Conselho Federal de Psicologia, composta pelos seguintes psicólogos: Diva Gautério Conde (presidente), José Novaes (Vice-presidente), Maria José Coimbra (Tesoureira), Alessandra Daflon (Secretária), José Henrique Lobato e Margarete de P. Simões. Em outubro de 2003, mais três psicólogos vieram somar-se ao trabalho da Comissão: Analice Palombini, Eliana Vianna e Fabiana Valadares.



Publicação no Diário Oficial da União que instituiu a Comissão Gestora para o CRP 05.

A reconstrução possível

Ao assumir o CRP do Rio de Janeiro, a Comissão Gestora encontrou vários setores paralisados e as rotinas de

O CRP 05 está, em definitivo, resgatado para a legalidade

trabalho prejudicadas: "até os cadastros que tínhamos eram negligentemente administrados", afirma a atual presidente do CRP, Diva Conde. Dezenas de prontuários encontravam-se empilhados, à espera de deferimentos ou de pareceres jurídicos.

Desde a intervenção decretada pelo Conselho Federal, medidas de reconstrução profundas se iniciaram no CRP. "Hoje sabemos", afirma a presidente Diva, "que, para que o CRP05 tenha restituída de forma plena sua transparência ética, fundamental ao funcionamento de qualquer instituição pública e a um conselho profissional, é preciso que a concepção que um dia transformou este Regional em um reduto de administração personalista, privada, vedada ao conhecimento e à análise pública, nunca mais encontre lugar no Rio de Janeiro".